

Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO
DE ASUNTOS EXTERIORES
Y DE COOPERACION



Inserção dos atores sociais locais na gestão do turismo em Jericoacoara - CE ¹

José Osmar Fonteles

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professor Adjunto do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Brasil

E-mail : osmarfonteles@yahoo.com.br

Resumo

As áreas protegidas têm se constituído em espaços privilegiados para o turismo, despertando o interesse do poder público e da iniciativa privada, com investimentos no setor. Recursos ambientais são identificados e transformados em produtos, com marketing especializado montando e/ou projetando cenários que atendem aos interesses dos visitantes. Assim, lugares até então inexplorados turisticamente, passam a ser visitados por pessoas oriundas de culturas distintas, alterando o jeito de ser dos moradores locais, sobretudo quando são impactados pela presença e convivência de outros moradores que ocupam o seu território. Este é o contexto em que desenvolvemos o presente trabalho tendo por objetivo analisar o turismo no segmento Sol e Praia, no sentido de compreender como se dá a inserção dos atores sociais locais na construção e comercialização de produtos que atendam aos interesses dos visitantes, gerando renda e inclusão socioambiental, a partir de uma gestão integrada. O texto faz referência à Jericoacoara antes e com a entrada do turismo, ressaltando a ação dos moradores nativos e adventícios na produção do espaço geográfico e sociocultural para o turismo, com destaque para o segmento Sol e Praia. Ênfase a forma de como os diversos atores sociais se organizam para se fortalecerem enquanto Destino Indutor do Turismo, a partir das suas categorias sociais e ocupacionais e da gestão institucional materializada no órgão municipal do turismo, no conselho municipal do turismo, no grupo gestor e na instância de governança regional. Relato a experiência do ordenamento do trânsito em Jericoacoara, ação demandada pela comunidade, apoiada pelo governo estadual e municipal.

Palavras chaves: turismo, segmento sol e praia, destino indutor, gestão

1 INTRODUÇÃO

As áreas protegidas têm se constituído em espaços privilegiados para o turismo, despertando o interesse do poder público e da iniciativa privada, com investimentos no setor. Recursos ambientais são identificados e transformados em produtos, com marketing especializado montando e/ou projetando cenários que atendem aos interesses dos visitantes, nos diversos segmentos turísticos.

Assim, lugares até então inexplorados turisticamente, passam a ser visitados por pessoas oriundas de culturas distintas, alterando o jeito de ser dos moradores locais, restando a estes buscarem alternativas de sobrevivência, passando pela reinvenção do seu

¹Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, em Natal/RN.

cotidiano, sobretudo quando são impactados pela presença e convivência de outros moradores que ocuparam o seu território.

Entendo o cotidiano na perspectiva de Lima, (1982, p. 43) como “o centro real da práxis, onde se realiza o movimento de produção e reprodução das relações sociais”.

Neste processo, alguns são inseridos com resultados satisfatórios, outros ficam à margem comprometendo a perspectiva de inclusão social e sustentabilidade. Tal processo verifica-se em muitos lugares onde o turismo se instala, como em Jericoacoara - Ceará, transformada em Unidade de Conservação de Proteção Integral (Parque Nacional – PARNA).

Este é o contexto em que desenvolvo o presente trabalho tendo por objetivo analisar o turismo no segmento Sol e Praia, no sentido de compreender como se dá a inserção dos atores sociais locais na construção e comercialização de produtos que atendam aos interesses dos visitantes, gerando renda e inclusão socioambiental, a partir de uma gestão integrada.

O texto é resultado de uma pesquisa na comunidade, a partir do início do ano de 2004, época em que assumi a chefia do PARNA, até o final de dezembro de 2008, sendo nomeado Secretário de Turismo e Meio ambiente do Município, a partir de janeiro de 2009, permanecendo até dezembro de 2012.

Neste período, me foi possível conviver cotidianamente com a população local, através de diversas formas. Em alguns momentos, o relacionamento ficou bastante amistoso, em outros, muito conflitivo. Esta convivência contribuiu para desnudar a teia de relações existentes na Vila composta por moradores tradicionais e adventícios², dentre estes muitos estrangeiros.

A presença constante na comunidade possibilitou-me ações de gestão e pesquisas, buscando entender como uma população, composta por várias nacionalidades, consegue conviver em um espaço geográfico de 197 ha.

O texto faz referência à Jericoacoara antes e com a entrada do turismo, ressaltando a ação dos moradores nativos e adventícios na produção do espaço geográfico e sociocultural para o turismo, com destaque para o segmento Sol e Praia.

2 ANTES DO TURISMO

Jericoacoara está localizada no extremo norte do Ceará, a 310 km de Fortaleza, capital do estado e a 18 km da sede do município – Jijoca de Jericoacoara. Está próximo à linha do Equador

[...] e inserida no Polígono da Seca o que, neste caso, significa uma grande vantagem, pois proporciona um clima ensolarado o ano todo. [...] Por estar localizada em uma península, Jericoacoara tem mar tanto a leste quanto a oeste, o que o torna um dos poucos lugares do Brasil onde é possível ver o nascer e o pôr do sol e da lua no mar (BRASIL, s/d, p. 5).

Foi constituída como povoado no início do século XX, elevada à categoria de Distrito por Lei Municipal Nº 94, de 29/06/1923. Alguns historiadores referem-se ao lugar, já a partir do século XVII, NUGA (1985) e ARAÚJO (1991).

²Pessoas que não tinham nenhuma relação com a comunidade e que, com a chegada do turismo, passaram a residir no lugar.

Embora estabelecendo frágeis relações com demais comunidades próximas, por conta, dentre outras coisas, do difícil acesso, Jericoacoara se constituiu num território minimamente transformado, ordenado por formas de intercâmbio tradicional entre sociedade e natureza. Isto levou a que neste território predominassem experiências de produção e de consumo rudimentares.

A despeito disso, desenvolveu atividades comerciais baseadas na pesca artesanal,

caracterizada pela simplicidade das técnicas (uso da propulsão natural ou de pequenos motores, barcos e instrumentos artesanalmente feitos pelos próprios pescadores), pelo trabalho familiar sem assalariamento. Neste tipo de produção, os mesmos processos e tarefas (náuticas, de captura, desembarque e distribuição do peixe) são desempenhados pelos mesmos grupos de trabalho, as tripulações dos barcos que se constituem, no caso, de 3 ou 4 pescadores (MALDONADO, 1994, p. 25-26).

Os habitantes de Jericoacoara eram constituídos, na sua grande maioria, por pescadores artesanais, que confeccionavam os seus instrumentos de pesca (rede e tarrafas), além de agricultores de subsistência e artesãos que produziam peças de crochê, vendidas no comércio local. Enquanto colônia de pescadores, Jericoacoara possibilitava aos seus moradores uma relação ao nível da “solidariedade orgânica” e de interação mais direta com a natureza. As relações capitalistas ainda afetavam minimamente a vida social local. Os moradores nativos praticavam bastante o escambo - experiência vivenciada também com os agricultores das comunidades vizinhas, trocando peixe por outros alimentos. Desta forma, a solidariedade entre os pescadores era visível, de várias maneiras: doação de peixes a quem não conseguia capturá-los ou mesmo quando não podia entrar no mar; distribuição de outros tipos de alimentos com famílias vizinhas; empréstimos de objetos utilitários em casa e no trabalho.

Havia uma convivência sociocultural com pouca complexidade e de muita significação para todos, na medida em que reforçavam, ritualizando, aquela solidariedade.

Estes fatores contribuíram para que a comunidade permanecesse com características de população tradicional (DIEGUES, 1996), até o final dos anos de 1970.

3 A CHEGADA DO VISITANTE

Por ser uma região de diversificados componentes paisagísticos e de ecossistemas culturalmente valorizados pela raridade deste arranjo espacial, a comunidade foi aos poucos sendo visitada por “batedores” de novas trilhas turísticas, já a partir dos anos de 1970. Estes visitantes eram caracterizados como “não institucionalizados: nômades - aqueles que procuram ambientes exóticos e diferentes” (COHEN, apud BARRETO, 1995, p. 27).

Referidos ecossistemas podem ser caracterizados nos termos abaixo, potencializando a região como destino turístico:

Praias - constituem-se em ambientes instáveis, muito frágeis, com grande mobilidade de sedimentos, com paisagens exuberantes, águas limpas com cores entre o azul e o verde, propícias para banho, caminhadas e prática de esportes.

Serrote - formação antiga, composta por rochas, vegetação herbácea-arbustiva, oferece proteção à Vila de Jericoacoara, evitando que sedimentos se desloquem até a comunidade.

Campo de dunas móveis – composto por dunas barcanas, desenvolve-se a partir do setor superior da praia, ambientes instáveis, com processo de transporte de sedimentos muito ativo.

Dunas fixas - ambiente de transição, com cobertura vegetal presente, menos instável.

Manguezais - ambientes estáveis quando em equilíbrio. São considerados berçários naturais, encontrados nos estuários, somente entre os trópicos.

Lagoas interdunares - reservas hídricas superficiais, águas com salinidades variadas, em ambientes temporários.

Restinga - vegetação sobre terrenos arenosos, desenvolvida em áreas litorâneas, pode ser considerada fixadora de dunas.

Ambiente Marinho - formado pela faixa marinha de 1km, com fauna marinha (tartarugas marinhas, cavalos marinhos) e algas.

Aos poucos a Vila de Jericoacoara foi se tornando conhecida e desejada por muitos que por ali passavam. A imprensa local, nacional e internacional encarregou-se de consolidar aquele lugar, com toda a sua diversidade socioambiental, conectando-o em rede mundial, possibilitando a visita de turistas de várias partes do mundo.

Nesta época, a consciência ambiental estava aflorando no Brasil, suscitando debates e envolvimento da sociedade, nos seus diversos segmentos, tendo sido um bom momento para transformar Jericoacoara em Unidade de Conservação - UC. Este fato ocorreu em 1984 com a criação da Área de Proteção Ambiental – APA, através do Decreto Federal Nº 90.379, de 29 de outubro de 1984.

A população local, embora não entendesse o significado da APA, por não ter participado efetivamente das discussões que possibilitaram a sua criação, apoiou a iniciativa, achando que poderia receber benefícios sociais.

Certamente os moradores nativos não participavam dos debates ambientalistas, por suas próprias condições de isolamento, sobretudo pela falta de acesso aos meios de comunicação, embora conhecessem perfeitamente os ambientes naturais com os quais conviviam, extraíndo deles o seu próprio sustento, manejando com equilíbrio e cuidado porque tinham consciência da necessidade de convivência com eles. A relação sociedade natureza era materializada nas relações socioculturais.

A criação da APA foi motivo de euforia para a imprensa e para empresários do turismo que começavam a se interessar por Jericoacoara, saudada como um paraíso. Sua finalidade era preservar ecossistemas de praias, mangues, restingas, dunas, formações geológicas de grande potencial paisagístico e científico, espécies vegetais e animais, quelônios marinhos, aves de rapina e praieiras.

Para os moradores locais, a euforia não era tão explícita, uma vez que a grande maioria não acompanhava as discussões, exceto os que faziam parte do Conselho Comunitário, criado por moradores nativos de Jericoacoara, em 1984, com grande

notoriedade em nível local, regional e nacional. No entanto, o debate ambiental era pauta das suas conversas, talvez mais por precaução do que por expectativas de melhorias de vida advindas com a UC.

A APA manteve-se em situação legal até o dia 04 de fevereiro de 2002, quando um Decreto Presidencial criou o Parque Nacional de Jericoacoara, englobando quase totalmente a UC e incorporando uma faixa costeira de um quilômetro de largura, paralela à linha de praia. Deste modo, passou a ter uma área de 8.416,8 ha.

Em 15 de junho de 2007, os limites do Parque Nacional foram redefinidos, através da Lei Federal Nº 11.486, tendo em vista a desafetação de uma parte para a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE da Vila de Jericoacoara. Na oportunidade foram suprimidas áreas antropizadas, com famílias morando e trabalhando nelas e ao mesmo tempo acrescentados 400 ha de mangue, na foz do Rio Gruiu, no Município de Camocim, totalizando 8.850 ha.

A mesma lei que redefiniu os limites do Parque desafetou toda a APA, sendo agora comunidade de entorno da Unidade de Conservação.

É interessante ressaltar que no processo de criação das Unidades de Conservação, a Vila de Jericoacoara não participou de forma efetiva. Quando da criação da APA, muitos moradores assinaram um documento, entendendo que estavam reivindicando uma maternidade para a comunidade. Na transformação da APA em Parque, houve um debate mais intenso onde grande parte dos moradores posicionou-se contrária, tendo em vista os impactos que traria, uma vez que a sua criação foi motivada principalmente por interesses econômicos, pautados no potencial turístico, conforme relatório da audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, realizada em Brasília, em dezembro de 2001, “com o objetivo de debater a Instrução Normativa nº 4, do Ibama, que redefine normas para o gerenciamento da Área de Proteção ambiental de Jericoacoara, Estado do Ceará” (BRASIL, 2002, p. 32-33).

Neste momento, Jericoacoara já estava mais conectada com o mundo, principalmente através de moradores adventícios que se juntaram aos moradores tradicionais para defender a comunidade.

Na redefinição dos limites do Parque, os moradores foram ouvidos. Com relação à desafetação da APA, houve receio, mas tanto o Conselho Consultivo do Parque quanto a população da Vila, através das suas organizações, foram favoráveis, compreendendo que a gestão da área deveria ser feita pelo Município, com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, hoje Plano de Desenvolvimento Participativo – PDP.

A finalidade da implantação do Parque fundamenta-se, principalmente, em proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais e proporcionar oportunidades controladas de uso público, bem como educação e pesquisa científica (LIMA, 2003).

Leuzinger (2002, p. 38) resalta que o Parque Nacional

[...] é uma área sobre que convergem complexos interesses e necessidades humanas, e que tem múltiplas funções: proteção ambiental; realização emocional, psicológica, espiritual e cultural do ser humano; área nativa, fonte de vida e local de veneração de populações tradicionais; alavanca do desenvolvimento sustentável de vastas regiões, geradora de emprego e renda; símbolo que agrega as pessoas, dando-lhes maior consciência e orgulho de sua terra natal, de sua gente e de seu País.

Enquanto atrativo turístico, Jericoacoara se destaca pelo

conjunto de sua paisagem exuberante – a dimensão das dunas e o desenho de suas praias – e a diversidade cultural criada a partir da integração das características dos pescadores nativos às de brasileiros de outras regiões do País e de estrangeiros de várias partes do mundo (BRASIL, s/d, p. 7).

O aumento do fluxo turístico e a instalação de pousadas, bares, restaurantes e similares por moradores adventícios, começaram a alterar a vida da pacata Vila de Jericoacoara. Diante disso, seus moradores tradicionais passaram a se preocupar com esta nova realidade que ajudaram a construir, como denota o seguinte depoimento: “Olha, a gente não pode botar uma luz na casa da gente, não pode modificar a fachada, não pode cortar uma árvore...” (FONTELES, 2004: 149).

Não obstante, as alterações no cotidiano destes moradores foram sendo feitas com muita rapidez, dentre as quais podem ser evidenciadas as formas de sociabilidade. Perceberam que a relação existente entre eles estava sendo comprometida. Exemplificando-se, o compadrio e os segredos compartilhados estavam dando lugar a outros valores oriundos de outras culturas, de outros modos de vida.

Com a chegada do turismo explicitam-se os

[...] conflitos aqui e ali, decorrentes de embates entre diferentes territorialidades, com a territorialidade turística que se impõe a territorialidade preexistente. (...) apesar de eventuais conflitos, o turismo se impõe e revela toda sua força, transformando os espaços em territórios de seu consumo (CRUZ, 2000, p. 32).

As contradições foram sendo percebidas principalmente nas formas de trabalho e de ocupação, na posse e uso do solo, no consumo de drogas e na incorporação de novas referências culturais.

A pesca, que até então era a principal atividade econômica, deu lugar a outras atividades vinculadas à cadeia produtiva do turismo, gerando novas ocupações.

Com relação à posse e uso do solo, a mudança foi mais significativa. Novos habitantes, bem como empresários turísticos passaram a adquirir terras dos nativos, instalando-se na Vila. Este fato gerou um crescimento desordenado, com edificações destoantes da arquitetura vernacular. Além disso, muitos moradores, ao venderem as suas propriedades, foram morar em outros lugares. Paralelamente vão se verificando tentativas de parcelas da população local de instalarem pousadas e demais equipamentos voltados à crescente demanda turística.

Moradores nativos começam a identificar no turismo outra forma de participação no novo contexto, agora como atores que buscam inserção em um mercado até então desconhecido, mas com possibilidades de inclusão socioambiental.

Contudo, do ponto de vista do empreendedorismo, a maioria dos nativos perde para os que chegam, basicamente por duas razões: não têm a visão estratégica de mercado e não contam com recursos financeiros suficientes para instalação de empreendimentos competitivos.

Os empresários de Jericoacoara, em número cada vez maior, são oriundos de outros estados brasileiros ou são estrangeiros, de várias nacionalidades. Este fato dificulta a

cultura da integração, potencializando os conflitos que geram a competição desenfreada e pode comprometer a qualidade ambiental e sociocultural do destino.

Referindo-se à incorporação de novas referências culturais, Fonteles (2004, p. 158) afirma:

[...] mudanças foram demasiadamente bruscas, levando-se em conta os modos de vida da comunidade. Algumas pessoas entenderam que não podiam perder a oportunidade e investiram, ao seu modo, no negócio turístico, adaptando-se à nova realidade. Outras não entenderam o que estava acontecendo e recuaram o quanto puderam, inclusive não permitindo o acesso de turistas às suas residências por estranharem seus hábitos. Aos poucos todos foram constatando que não era possível ficar alheios ao que estava acontecendo, porque as consequências eram visíveis no cotidiano através de novos hábitos de consumo, de uma nova moral e de uma nova ética, traduzidos em fatos que se confrontavam com as práticas locais. Cada um, a partir das suas possibilidades e a partir da sua visão de mundo, de homem e de sociedade, inseriu-se na atividade turística como proprietário ou como empregado (FONTELES, 2004, p. 158-159).

A chegada do estranho, do turista, do novo morador, ocasionou alterações na sociabilidade cotidiana, gerando, em vários casos, conflitos entre os próprios moradores nativos; entre nativos e novos moradores; entre nativos e turistas; e entre nativos e o poder público porque os moradores esperam ser satisfatoriamente contemplados com políticas públicas.

A falta de clareza na delimitação das ingerências nas esferas municipal, estadual e federal, contribui para aumentar este conflito. Por exemplo, a Prefeitura e o Estado não desenvolvem a contento os serviços essenciais aos moradores e aos turistas. Por outro lado, o PARNA tem como gestor o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, cujas fases de atuação nem sempre são imediatamente condizentes com os interesses locais. Em alguns momentos há conflito explícito com a população, resultando em desgaste para ambos os lados, embora estes venham sendo minimizados desde março de 2004.

Neste momento, o contato com a comunidade foi restabelecido, através do diálogo com organizações da sociedade civil local: Conselho Comunitário, Artesãos, Capoeiristas, Cavaleiros, Bugueiros, Vendedores Ambulantes, Motoristas de Caminhonetas, Wind Surf, Kite surf, além de lideranças locais.

A partir de janeiro de 2009, a conjuntura municipal foi alterada com a composição de um novo governo, mais aberto ao diálogo. O Conselho Comunitário retoma o seu processo de envolvimento com a comunidade, possibilitando a abertura de maior envolvimento nas três esferas de poder: federal, estadual e municipal.

Como consequência, o governo do Estado – CE sentiu-se estimulado a concluir os equipamentos existentes no programa de Requalificação da Vila e apoiar outras ações estratégicas para a comunidade, tais como a demolição, em parceria com a Prefeitura local, de um Centro de Informações, situado na Rua Principal, objeto de desafeto para os moradores e visitantes.

A Prefeitura Municipal em interface com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE e ICMBio começa a assumir com maior eficiência e

efetividade as suas atribuições, participando de programas que devem ser desenvolvidos em conjunto, ressaltando-se o regime jurídico pertinente.

O poder público local passa a ter maior presença na comunidade, implementando ações em diversas áreas, conquistando, aos poucos, a credibilidade da população, que ficou por quase duas décadas excluída dos diálogos e planejamento de ações para a Vila.

Esta nova realidade, inaugurada em março de 2004, fortalecida em janeiro de 2009, permitiu a realização de ações que fortalecem o destino turístico, no segmento Sol e Praia.

Mesmo composta por pessoas de diversas nacionalidades e com expectativas de vida bastante diferenciadas, a comunidade colabora com ações que potencializam os interesses e necessidades locais. Os programas desenvolvidos pela Prefeitura, Governo do Estado, ICMBio e por outras instituições no período 2004 a 2012 têm comprovado a possibilidade de envolvimento dos moradores de Jericoacoara no planejamento e gestão do turismo.

4 A COMUNIDADE SE INSERE NA GESTÃO DO DESTINO

Os moradores de Jericoacoara têm tido participação, em diversos níveis, na organização e gestão da comunidade. Em alguns momentos interferem de forma mais eficiente, através do Conselho Comunitário, instituição detentora de notoriedade em âmbitos nacional, regional e local, ora contrapondo-se à gestão do PARNA, do poder público municipal e estadual, ora apoiando ações convergentes com os interesses locais.

A pluralidade de ideias, modos e expectativas de vida, cultura e projetos existentes em Jericoacoara enriquecem o lugar que, aliado ao recorte paisagístico, potencializa o turismo, sobretudo para os que buscam ambientes naturais, com praias ensolaradas, lagoas, esportes náuticos e descanso.

A ocupação e uso do espaço por moradores tradicionais, adventícios, empreendedores e visitantes vão fazendo as intervenções necessárias e possíveis no território, tendo a praia como patrimônio privilegiado ao turismo. Nela se praticam futebol, basquete, *hand ball*, capoeira, *kite surf*, *wind surf*. Mantém-se a pesca tradicional e passeios náuticos. Também é utilizada por vendedores ambulantes, artesãos e vendedores de drink, através das suas barracas armadas, ao cair da tarde. É utilizada ainda para regatas de canoas e outros eventos culturais de pequeno, médio e grande porte, de abrangência local, regional, nacional e internacional.

Os conflitos existentes entre as diversas categorias ocupacionais e sociais são administrados a partir da construção de consensos pelos diversos usuários da praia, garantindo a convivência entre moradores, praticantes de esportes e outros visitantes. Às vezes é preciso a intermediação do Ministério Público e da própria polícia para garantir o uso coletivo dos espaços públicos.

Graças a este patrimônio socioambiental, Jericoacoara insere-se nos 65 Destinos Indutores do Turismo e constitui-se em Destino Referência Sol e Praia, através do Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos do Ministério do Turismo, integrante do Macroprograma de Regionalização do Turismo.

A Regionalização do Turismo propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo - PNT 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão

[...] é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País [...] Uma inclusão que pode ser alcançada

por duas vias: a da produção por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno (BRASIL, 2007, p. 11).

Uma das metas do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 é estruturar os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional com padrão de qualidade internacional, privilegiando o que existe de mais significativo em cada destino para que possa ser competitivo no mercado.

Utiliza a segmentação como estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região.

Neste sentido, a Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004, criou o Programa de Planejamento e Gestão como

modelo de política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões, como estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e ações do PNT (BRASIL, 2007, p. 67).

Desenvolve a gestão do turismo com foco em um segmento prioritário, através do projeto Destinos Referência em Segmentos Turísticos, em que o processo de estruturação ocorra com a participação das entidades parceiras.

O referido Projeto, desenvolvido pelo MTur em parceria com o Instituto Casa Brasil de Cultura, tem como objetivo

criar uma estratégia de governança local, a partir do fortalecimento e aperfeiçoamento de segmentos de mercado, procurando envolver de forma participativa toda a cadeia produtiva e instituições relacionadas com o segmento escolhido, através de prioridades e estratégias definidas e com foco na competitividade. O projeto tem como premissa a participação efetiva dos representantes locais, fortalecendo as entidades públicas e privadas, o trade e as organizações não governamentais, levando à formação de um Grupo Gestor que assume o papel de líder do processo, buscando assim garantir a continuidade das ações na área do turismo, resultados mercadológicos e a sustentabilidade do destino (BRASIL, s/d, p. 13).

É neste contexto que Jericoacoara insere-se no segmento de Turismo de Sol e Praia. Constrói uma relação de parcerias com o poder público em âmbito local, regional e nacional e também com a iniciativa privada, através das suas diversas organizações. Reforçando esta potencialidade estão os espaços e recursos naturais que fortalecem as atividades desenvolvidas a partir da água, do sol e calor, em associação com as estruturas, os serviços turísticos e de apoio existentes na região.

Associando-se ao segmento Sol e Praia outras atividades náuticas, de pesca, de aventura, de ecoturismo, Jericoacoara é propícia para esta modalidade de turismo, respaldada pelo Ministério do Turismo que tem por objetivo construir um modelo

referencial dotado de parâmetros para o desenvolvimento sustentável desta modalidade de turismo.

O Turismo de Sol e Praia “constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2008, p. 16).

Um destino referência não significa estar com um alto padrão de qualidade nos seus produtos e serviços. Pelo contrário, é um destino ainda em desenvolvimento, com muitos desafios ambientais e sociais, sendo possível trabalhar conceitos e práticas de sustentabilidade e arranjo institucional, criando experiências que possam ser replicadas em outros destinos (BRASIL, s/d).

Estruturando-se neste segmento, Jericoacoara contava, em março de 2010, com uma capacidade de hospedagem de 3.800 leitos, distribuídos entre pousadas pequenas (até 20 leitos), médias (de 21 a 40 leitos), grandes (mais de 40 leitos) e domiciliares, somando-se um total de 120 (cento e vinte) empreendimentos.

De acordo com a Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR, 2010), Jericoacoara Recebe um fluxo de aproximadamente 600.000 (seiscentos mil) visitantes por ano. Dispõe de uma boa rede de restaurantes, com culinária bem diversificada, com padrão internacional, bares e lojas de artesanato, além de vários outros estabelecimentos comerciais. Conta também com serviços de *transfer* e passeios turísticos que vão desde os lugares mais próximos do destino até outros estados, como ocorre com a Rota das Emoções,³ roteiro que oferece aventura, praia e ecoturismo, foi premiado em 2009 pelo MTur com o Troféu Roteiros do Brasil, considerado um acaso de sucesso do Programa de Regionalização do Turismo na categoria Roteiro Turístico (BRASIL, s/d).

Em termos de organização das categorias ocupacionais e/ou profissionais, a comunidade conta com várias instituições, cada uma focada no seu nicho de mercado, destacando-se as seguintes:

Agência de Desenvolvimento do Turismo do Distrito de Jericoacoara – ADETUR/Jeri, instância de gestão institucional da iniciativa privada para o turismo. Fundada em 09.08.2008 reúne 37 representantes de todas as atividades econômicas da Vila de Jericoacoara. Busca a qualidade para o produto turístico e a organização da gestão institucional, promovendo o desenvolvimento integrado, com gestão estratégica e compartilhada, focada nos mercados emissores do turismo nacional e internacional, através de iniciativas e intervenções múltiplas de interesses comuns a seus integrantes e à comunidade em que está inserida.

Cooperativa de Bugueiros de Jericoacoara – originária da Associação de Bugueiros, passou a funcionar como cooperativa a partir de 09.10.2007, composta por 32 cooperados. Tem como finalidade fazer passeios turísticos, destacando-se nos serviços prestados pelo seu nível de organização e envolvimento com as questões socioambientais e gestão do destino.

Jericoacoara Associação de Buggy – JAB – fundada em 01.08.1995 é composta por 33 associados. Tem por finalidade oferecer oportunidades de trabalho e lazer no Município, fazendo de Jericoacoara um dos destinos turísticos mais procurados do país, ocupando um espaço privilegiado, em termos nacionais e internacionais.

Associação dos Condutores de Turismo - criada em 27.05.2006 é composta por 22 sócios. Tem por finalidade lutar por melhores condições de vida e trabalhar no exercício dos legítimos direitos de cidadania, tendo em vista o desenvolvimento integral.

³ Roteiro turístico integrado, com apoio do MTur e SEBRAE, contemplando o Parque Nacional de Jericoacoara – CE, Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba – PI e Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - MA

Associação das Crocheteiras Mundo Jeri – iniciou suas atividades em 26.06.2008. É composta por 30 associadas, tendo por objetivo a sustentabilidade sociocultural. Vem discutindo a sua formação e organização, produzindo e comercializando em âmbito local, regional, nacional e internacional. Assessorada pelo SEBRAE, foi contemplada pelo prêmio do Ministério do Turismo, por ocasião do Salão do Turismo/09, com o projeto Mundo Jeri.

Associação dos Motoristas de Caminhonetes de Jijoca de Jericoacoara - criada em 17.03.2003, tem por objetivo fazer o transporte de pessoas e mercadorias de Jijoca à Jericoacoara/Jijoca, bem como valorizar a organização da categoria deixando-a mais preparada para o turismo. Conta com 58 sócios.

Associação das Pousadas – AP Jeri – criada em 15.02.2006, conta com 40 sócios. Tem por finalidade promover o bem estar social e o fortalecimento da classe hoteleira e meios de hospedagem em todo o Estado do Ceará, defendendo os legítimos interesses dos associados e colaborando com os poderes públicos, como órgão técnico e consultivo no Estado, no sentido de solucionar os problemas da classe, fomentar o desenvolvimento do turismo em todas as suas manifestações, em articulação com as demais atividades relacionadas a ele.

Conselho Comunitário de Jericoacoara - criado em 23.12.1984 com a finalidade de representar a comunidade. Conta com 190 sócios e uma diretoria composta por moradores nativos e adventícios, sendo a presidência assumida por um morador nativo. Tem papel importante na organização da comunidade e no próprio destino turístico por estar preocupada com a melhoria da qualidade de vida dos moradores e visitantes.

No que se refere às Instituições públicas, a comunidade conta ainda com o Conselho Consultivo do Parque Nacional – CONPARNA e o Conselho da APA estadual da Lagoa da Jijoca, criada em 10/08/2000, situada nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz – CE.

Do ponto de vista da gestão municipal, o destino está estruturado nas seguintes instâncias:

Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, com duas coordenações, uma para o Turismo e outra para o Meio Ambiente.

Conselho Municipal do Turismo - conta com vinte membros efetivos e seus respectivos suplentes, contemplando as diversas instituições atuantes no Município, respeitando a participação do poder público, iniciativa privada e terceiro setor.

Grupo Gestor do Turismo – composto atualmente por dez membros, escolhidos dentre as instituições participantes do Conselho Municipal, a partir da oficina de sensibilização promovida pelo Ministério do Turismo e Instituto Marca Brasil – IMB.

O Município participa do Fórum de Cultura e Turismo do Litoral Extremo Oeste do Ceará, composto por doze Municípios, transformado na Instância de Governança do destino, delimitando o território a partir das Regiões Turísticas dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional compreendendo os Municípios de Acaraú, Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz, Granja e Jijoca de Jericoacoara.

A necessidade de o Município está cada vez mais estruturado e qualificado para o turismo é visível pelos diversos componentes da cadeia produtiva, entendendo que

O estado não pode ser um obstáculo às iniciativas econômicas. Ao contrário, ele deve ter um papel importante na concorrência entre destinos turísticos. Seu impacto no desenvolvimento do turismo é considerável, uma vez que é o estado que disponibiliza os bens dos

destinos turísticos. O estado é então um co-produtor do turismo (KELLER, In: TRIGO, 2005, p. 15).

São fundamentais a sensibilização e mobilização no Município, principalmente na Vila de Jericoacoara com relação à importância do turismo para a economia local, tendo em vista a preservação e conservação e a inclusão socioambiental das populações tradicionais.

Nesta perspectiva conta com empresários e setores da população envolvidos com várias ações, participando do fortalecimento do destino. Boa parte deles ainda não participa de forma efetiva, outros ficam alheios ao processo, mas há foco no horizonte almejado.

Um exemplo de envolvimento da população de Jericoacoara, empresários e poder público foi o fechamento do trânsito na Vila, por ocasião do Reveillon/2009 e do Carnaval 2010, projeto demandado pela comunidade, assumido pelo Governo do Estado, através da Chefia de Gabinete, SETUR, SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará e DETRAN, ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara, Conselho Comunitário e ADETUR.

Em pouco mais de 30 dias a mobilização e vontade dos diversos atores fizeram brotar a campanha **Eu Amo Jeri: por isso eu cuido**, transformada em Projeto Municipal.

A experiência, iniciada no Reveillon/2010, foi vivenciada em momentos de maior e menor fluxo de visitantes. Respalhada por legislação municipal, foi retomada no Reveillon/2011, continuando de forma permanente.

Foi construído um estacionamento, em uma das entradas da Vila, com capacidade para 2.000 (dois mil) veículos, com estrutura administrativa e apoio ao turista, funcionando 24 horas, sendo fechados todos os outros acessos.

O visitante era recepcionado na entrada do estacionamento, recebendo as orientações pertinentes através de um folder educativo com informações para os visitantes e para os moradores. Em seguida, era conduzido ao setor de cadastro para que fizesse a identificação do veículo e do motorista, pagando uma taxa de R\$ 10,00 (dez reais) por dia. Após este procedimento, era transportado em veículo do próprio estacionamento, gratuito, até a pousada, quando já havia feito a reserva ou até a Rua Principal, quando ainda não sabia onde se hospedar. Ao sair para passeios ou para outros destinos, deslocava-se ao estacionamento, identificava-se e conduzia o seu carro.

Alguns visitantes e moradores se surpreendiam negativamente com o projeto, a maioria aplaudia. Alguns questionavam a legalidade, outros ainda resistiam em ter que deixar o seu carro no estacionamento e tomar outra condução.

Os conflitos eram resolvidos com muita diplomacia e paciência, pautados nos Decretos e nos termos assumidos pelo Grupo Gestor, composto pela Prefeitura Municipal, SEMACE e Conselho Comunitário, apoiado pelo DETRAN, ICMBio e Polícia Militar e Ambiental.

O caráter político pedagógico da ação foi muito importante. Foi um exercício de aprendizagem em termos de confiança na sua realização. Em alguns momentos, os conflitos vinham à tona e as desconfianças se explicitavam. Foram necessárias algumas reflexões que fundamentaram as decisões, aproximando as instituições parceiras, principalmente na operação Reveillon. No Carnaval tudo foi bem mais tranquilo, sendo assumido basicamente pela Prefeitura Municipal, acompanhada pelo Conselho Comunitário.

Outro caráter significativo foi a auto-estima da população local, legalizando os seus veículos, ao tempo em que quitava seus débitos com a gestão pública, exercitando a sua cidadania. Em contrapartida recebia um selo que dava livre acesso à Vila, respaldado pelos Decretos Municipais N° 24/2009 e N° 002/2010.

Nenhum veículo com placa de outro Município teve acesso à Vila de Jericoacoara, exceto quando precisava prestar um serviço emergencial, de utilidade pública, na implantação do projeto. Posteriormente foram feitos ajustes, resultando na criação de uma Lei Municipal, contemplando interesses dos diversos atores sociais.

A possibilidade de comparação entre as duas realidades, antes e depois do estacionamento na Vila, fez com que muitas pessoas que em princípio não concordaram ou desconfiaram da ação, tenham tomado consciência da importância da sua implantação em caráter definitivo, funcionando 4 horas por dia, a partir de 30 de dezembro de 2010, através da Lei Municipal nº 289.

O tráfego foi direcionado em duas ruas: Rua Principal para entrada e Rua do Forró para saída, com paradas apenas para embarque e desembarque. Os serviços de entrega em motos só eram permitidos de 05h00min as 08h00min. Os usuários de carros cadastrados, com selo, que tivessem garagem, podiam utilizá-la. Quem não tivesse, deixava o veículo no estacionamento, sendo isento de qualquer taxa.

A experiência revela que o nível de satisfação dos moradores, empreendedores e visitantes é bastante elevado. No entanto, é preciso fazer ajustes para que o equipamento funcione com a sua capacidade máxima e nível de satisfação excelente.

5 DESAFIOS

Convivendo com a realidade do Município de Jijoca de Jericoacoara, participando do processo de desenvolvimento, tendo como vetor principal o turismo, no segmento Sol e Praia, identifiquei alguns desafios que precisam ser enfrentados com muita dedicação.

Garantia do Destino no mercado, de forma cada vez mais qualificada e competitiva. Para tanto, é necessário o envolvimento de todos que atuam direta ou indiretamente com o turismo, nivelando-os e qualificando-os, sem perder as características identitárias. Neste sentido, é necessário fortalecer a organização social para que cada categoria ocupacional sinta-se contemplada na experiência e motivada para garantir a sua sustentabilidade.

Inclusão das populações tradicionais. O nível de compreensão e envolvimento do conjunto de moradores de Jericoacoara com o turismo é bastante diferenciado. Os nativos ficam mais alheios ao processo, mesmo os que têm empreendimentos e vivem em função da atividade. Os adventícios, na sua grande maioria, são mais envolvidos, entendem mais sobre o mercado e têm melhores condições econômicas. Compreendem que todos precisam participar para que o destino seja mais competitivo, entendendo competitividade como “capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva” (BARBOSA, 2009, p. 9).

Gestão participativa envolvendo todos os segmentos e todas as categorias sociais e ocupacionais para que entendam que a sua comunidade deve estar cada vez mais preparada e competitiva para o turismo, com geração de renda, sem perda da identidade local, embora esta seja reinventada constantemente. Neste processo, é fundamental que a gestão seja transparente, horizontal, eficiente e eficaz. Para tanto, compreendo que o Grupo Gestor precisa estar empoderado e integrado com todas as instâncias de governo.

6 CONTINUANDO A DISCUSSÃO

Olhando para o contexto histórico em que Jericoacoara se insere percebemos uma transformação do ponto de vista socioambiental, na perspectiva de inserção em uma outra lógica, pautada na economia de mercado.

Esta lógica se explicita de muitas maneiras, dentre elas a reinvenção do cotidiano dos moradores nativos e também dos adventícios para conviverem com a nova realidade, marcada por conflitos de vários matizes e por construção de consensos capazes de garantir a convivência de todos no mesmo espaço social e geográfico.

A reinvenção possibilita a articulação entre o tradicional e o moderno, resultando em um arranjo que conserva e preserva determinados aspectos da realidade ao tempo em que constrói outras experiências a partir do desejo dos visitantes que procuram o lugar, motivados por produtos e serviços respaldados pela política Nacional do Turismo, através do Macroprograma Regionalização do Turismo e do Programa Segmentação, com o Turismo de Sol e Praia.

Este segmento contribui para minimizar o crescimento desordenado de Jericoacoara em uma situação de desenvolvimento participativo e cooperado, onde cada um conhece e executa seu papel na comunidade e no turismo. Poderá ser replicado em outros destinos que queiram desenvolver a experiência (BRASIL, s/d).

Para que esta segmentação seja fortalecida é fundamental que os atores sociais locais, articulados entre si e com outras instâncias do poder público, iniciativa privada e terceiro setor, façam a gestão pautados em duas vertentes: organização social, através das instituições que representam os diversos segmentos e organização institucional através do Conselho Municipal do Turismo, do Grupo Gestor e da Instância de Governança, estimulados pela política do Ministério do Turismo que favorece a gestão participativa e inclusão social.

Com esta forma de concepção e engajamento dos moradores locais, poder público e iniciativa privada é possível a realização de ações que fortaleçam o Destino, como por exemplo, o fechamento do tráfego de veículos na Vila de Jericoacoara.

É um processo contínuo, embalado por avanços e retrocessos, mediado por conflitos, que deve ter como horizonte o cuidado permanente com um lugar prazeroso para quem nele vive e para o visitante, sem perda da identidade, reforçando o diferencial turístico através da conservação e preservação dos ambientes socioambientais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco Sadoc de, Pe. **Raízes portuguesas do Vale do Acaraú**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1991.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (org.). **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional** - Relatório Brasil 2009. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Sol e Praia: orientações básicas**./Ministério do Turismo, Coordenação Geral de Segmentação. Coordenação Geral de Jurema Monteiro. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. **Área de proteção ambiental de Jericoacoara, Estado do Ceará**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Destino referência em turismo de Sol e Praia: Jericoacoara – CE**. Brasília: Ministério do Turismo, s/d.

CEARÁ. Secretaria do Turismo do Estado. **Relatório de Pesquisa: Demanda turística do polo Jericoacoara**. Fortaleza: Secretaria do Turismo do Estado, 2010.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004

JIJOCA DE JERICOACOARA, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente. **Eu amo Jeri: por isso eu cuido – Lei Municipal Nº 289 de 30 de dezembro de 2010**. Jijoca de Jericoacoara, CE: 2010.

KELLER, Peter. Uma nova maneira de ver o turismo global. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (editor). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

LEUZINGER, Cláudio. **Ecoturismo em parques nacionais: a compatibilidade entre a função de preservação ambiental e a prática do ecoturismo em parques nacionais**. Brasília: W-D. Ambiental, 2002.

LIMA, Sandra A. **Participação social no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, Adriana Villarinho de. **Sistema de proteção/fiscalização do Parque Nacional de Jericoacoara/CE**. Brasília: IBAMA, 2003 p3.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1994.

NUGA/UECE. **Área de Proteção Ambiental – Jericoacoara**. Fortaleza: 1985.

Participation of local social actores in tourism management Jericoacoara - CE

Abstract

Protected environment areas have been a privileged subject of interest for investment both public and private in what concerns tourism. The transformation of natural resources such as landscapes in products worked and presented by marketing strategies to correspond to specific visitors interests and the impact caused by the contact between different cultures provoked by tourists and outsiders that decide to live in places where you had no tourism, these are the subjects of our analysis in a community characterized by sunshine and beach. We are particularly interested in understanding how the integration of the local community is done through the commercialization of products and offering services to visitors, creating income and social environmental inclusion in the context of integrated management polices. This article describes the process lived in Jericoacoara before touristic establishments arrived and how the various groups, autochthonous population and new comers, have created geographical, social and cultural spaces for sunshine and beach tourism. We will reinforce the statement of how the various groups have organized themselves to create a destination that induces tourism and reflects the diverse activities of all members reflecting the necessities and demands of the society in Jericoacoara and how the state and local government corresponded.

Keywords: *tourism, sunshine and beach tourism, inductive destination, management*

Artigo recebido em 06/11/2014. Aceito para publicação em 10/03/2015.